

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2020
PROCESSO Nº. 23122.027670/2019-19
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI/UFSJ

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Universidade Federal de São João Del-Rei - UFSJ, por intermédio do Pregoeiro designado pela Portaria nº 002 de 02 de janeiro de 2020, situada à Praça Frei Orlando, 170, Campus Santo Antônio, na cidade de São João del-Rei/MG – CEP 36.307-352, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **tipo menor preço por item**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: dia 10/03/2020, às 09 horas.

UASG: 154069

LOCAL: Portal Comprasnet - www.comprasgovernamentais.gov.br

1 - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de material químico, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 - A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3 - O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 - O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.



3.3 - O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 - A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4 - DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 - Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 - Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 - Para todos os itens, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2 - Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3 - Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1 - proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2 - que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3 - estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4 - que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5 - que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6 - entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7 - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).



4.4 - Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1 - que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1 - nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2 - nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2 - que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3 - que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4 - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5 - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.6 - que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7 - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8 - que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5 - A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 - Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.



5.4 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 - Valor unitário e total do item;

6.1.2 - Marca;

6.1.3 - Fabricante;

6.1.4 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos



prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.9 - Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.10 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11 - Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam



ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11.1 - Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12 - Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.12.1 - Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13 - Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

7.14 - Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia;

7.14.1 - Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

7.15 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19 - O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.20 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 - Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.22 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.



7.23 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.24 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.25 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.26 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.27 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.28 - Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.28.1 - no país;

7.28.2 - por empresas brasileiras;

7.28.3 - por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.28.4 - por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.29 - Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.30 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.30.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.30.2 - O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.31 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 - O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3 - Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1 - Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6 - O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1 - O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.6.2 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.7 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.



8.9.1 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10 - Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 - SICAF;

9.1.2 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.3 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.3.1 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.3.2 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.3.3 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.4 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.5 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 - Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 - O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no



cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 - É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 - O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 - Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 - Habilitação jurídica:

9.8.1 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4 - inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6 - No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil



das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7 - No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.8.8 - No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.8.9 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.10 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9 - Regularidade fiscal e trabalhista:

9.9.1 - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2 - prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3 - prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4 - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5 - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6 - prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7 - caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8 - caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10 - Qualificação Técnica

9.10.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.



9.10.1.1 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta licitação.

9.11 - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.12 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1 - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17 - Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18 - O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.18.1 - Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.19 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



10 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 - ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 - conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 - DOS RECURSOS

11.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 - Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo,



intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 - A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 - O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 - Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1 - Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1 - Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 - O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso



(Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3 - O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1 - referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

15.3.2 - a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3 - a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

15.4 - Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.4.1 - Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

15.4.2 - Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.5 - Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

15.6 - Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16 - DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1 - As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.



17 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1 - As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19 - DO PAGAMENTO

19.1 - As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2 - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail secol@ufs.j.edu.br ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Praça Frei Orlando 170, sala 3.33, bairro Centro, cidade de São João del-Rei/MG, Cep: 36.307-352.

20.3 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6 - O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

20.7 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.7.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.8 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1 - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:



21.1.1 - não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

21.1.2 - apresentar documentação falsa;

21.1.3 - deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

21.1.4 - ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.5 - não mantiver a proposta;

21.1.6 - cometer fraude fiscal;

21.1.7 - comportar-se de modo inidôneo;

21.1.8 - não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

21.2 - As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

21.3 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4 - O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1 - Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

21.4.2 - Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

21.4.3 - Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

21.4.4 - Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

21.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.6 - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.7 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.



21.8 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

21.9 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

21.10 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.11 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

21.12 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.13 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21.14 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

22 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1 - Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

22.2 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

22.3 - O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

22.4 - Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

22.4.1 - Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

23 - DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1 - Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.



23.2 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3 - Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4 - Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

24 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 - No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, nos endereços eletrônicos <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e <http://www.ufsj.edu.br/dimap>, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Praça Frei Orlando, 170, bairro Centro, cidade de São João del-Rei/MG, telefone (32) 3379-5427, nos dias úteis, no horário das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 17:00,



mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços.

25 - DO FORO

25.1 - Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Subseção Judiciária de São João del-Rei, para dirimir qualquer controvérsia não resolvida entre as partes.

São João del-Rei, 20 de fevereiro de 2020

Fernanda Rodrigues Drumond Chaves
Setor de Compras e Licitações

ANEXO I

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI/UFSJ
TERMO DE REFERÊNCIA**

1 - DO OBJETO

- 1.1 - Aquisição de material químico para atender as necessidades de todos os setores da UFSJ, conforme condições, quantidades e exigências e estimativas, estabelecidas neste instrumento.
- 1.2 - Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão e entidade participante:

<p>Órgão gerenciador: Universidade Federal de São João del-Rei UASG 154069 Praça Frei Orlando, 170 - bairro Centro - Cidade: São João del-Rei/MG - CEP: 36.307-352 Tel: (32) 3379-5427 - email: secol@ufs.br</p>					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ACEITÁVEL
1	D(-) ARABINOSE PUREX 25G	FR	1	R\$ 359,63	R\$ 359,63
2	DICLOROMETANO 99% PA/ACS ISO - 1000ML	FR	26	R\$ 52,16	R\$ 1.356,25
3	DICLOROMETANO - CLORETO DE METILENO PARA HPLC >99,8% ESTABILIZADO COM AMILENO - GALÃO DE 2,5 LITROS - CAS 75-09-2	GALÃO	1	R\$ 109,37	R\$ 109,37
4	DICROMATO DE POTASSIO 1000G	FR	17	R\$ 172,57	R\$ 2.933,80
5	DIESTEARATO DE POLIETILENO GLICOL- ASPECTO FISICO SOLIDO EM ESCAMA BRANCA OU BEGE FORMULA QUIMICA C2H4O X.C36H70O3- DIESTEARATO DE PEG 6000- GRAU DE PUREZA MINIMA DE 98 CARACTERISTICA ADICIONAL ESPESSANTE Nº DE REFEREN.QUIMICA CAS 9005-08-7 - FRASCO 500GR	FR	8	R\$ 144,13	R\$ 1.153,07
6	DIETANOLAMIDA- ORIGEM DE ACIDOS GRAXOS DE COCO- ASPECTO FISICO LIQUIDO VISCOSO- AMARELO AMBAR-ODOR CARACTERISTICO- PESO MOLECULAR AMIDA 60-	FR	3	R\$ 47,66	R\$ 143,00

	GRAU DE PUREZA TEOR MINIMO DE AMIDA 60- NUMERO DE REFERENCIA QUIMICA CAS 68603-42-9 - FRASCO 1000ML.				
7	DIMETIGLIOXIMA - 25GR	FR	1	R\$ 48,90	R\$ 48,91
8	DIMETILSULFOXIDO P.A. - PUREZA 99,8% - FRASCO 1 L	FR	3	R\$ 66,08	R\$ 198,26
9	DISSULFETO DE CARBONO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO INCOLOR, ODOR DE ENXOFRE, INFLAMÁVEL, PESO MOLECULAR 76,13, FÓRMULA QUÍMICA CS ₂ , GRAU DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,9, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P/ HPLC, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA CAS 0075-15-0 – FRASCO COM 1L	FR	2	R\$ 295,60	R\$ 591,21
10	DIMETILSULFOXIDO PARA BIOLOGIA MOLECULAR, FÓRMULA QUÍMICA - (CH ₃) ₂ SO, PESO MOLECULAR - 78.13 - FRASCO DE 500ML	FR	3	R\$ 48,90	R\$ 146,70
11	DNTP SET - 200 MICROL 4 X 25UMOL	FR	1	R\$ 455,28	R\$ 455,28
12	DODECILSULFATO DE SÓDIO 90% - 500G	FR	7	R\$ 76,07	R\$ 532,54
13	DPPH (2,2-DIPHENYL- PICRYLHYDRAZYL) - 1GR	FR	3	R\$ 691,40	R\$ 2.074,22
14	EDTA 99% - 500GR	FR	53	R\$ 44,97	R\$ 2.383,76
15	ENZIMA DE RESTRICAO BAMHI I, VOLUME PARA 2500 REACOES	JG	2	R\$ 104,20	R\$ 208,41
16	ENZIMA DE RESTRICAO NDEL1, VOLUME P/ 1000 REACOES	JG	1	R\$ 180,77	R\$ 180,78
17	ENZIMA TAQ DNA POLIMERASE (500U)	TB	8	R\$ 124,11	R\$ 992,88
18	ESSENCIA TEREVENTINA OLEOSA - 1000ML	FR	1	R\$ 82,35	R\$ 82,35
19	ESTREPTOMICINA 10 - DISCOS ANTIBIOGRAMA - FRASCOS COM 50 DISCOS	FR	2	R\$ 20,48	R\$ 40,96
20	ETANOL P.A. (HPLC)- 1000ML	FR	1	R\$ 51,33	R\$ 51,33
21	ÉTER DE PETRÓLEO. ÉTER DE PETRÓLEO, ASPECTO FÍSICO LIQUIDO INCOLOR, LÍMPIDO, COM ODOR DE	FR	5	R\$ 52,67	R\$ 263,35

	GASOLINA, FORMULA QUÍMICA MISTURA DE HIDROCARBONETOS DERIVADOS DO PETRÓLEO, FAIXA DE DESTILAÇÃO DESTILADOS ENTRE 30° E 60°C, TEOR DE PUREZA PUREZA MÍNIMA DE 99,5%, CARACTERÍSTICA ADICIONAL REAGENTE P.A. – FRASCO 1000ML				
22	ETER DE PETROLEO (P. FUSÃO 35-60oC) PA 1000ML	FR	109	R\$ 62,61	R\$ 6.824,49
23	ETER ETILICO 99,5% PA/ACS (1000 mL)	FR	36	R\$ 70,09	R\$ 2.523,36
24	ETILENOGLICOL - 1000ML	FR	2	R\$ 34,92	R\$ 69,85
25	ETILENOGLICOL MONOETIL ÉTER - 2-ETOXIETANOL - ETILGLICOL FÓRMULA: C ₂ H ₅ OCH ₂ CH ₂ OH, PESO MOLECULAR: 90.12, CAS: 110-80-5 – FRASCO 1000ML	FR	2	R\$ 75,81	R\$ 151,63
26	EXTRAN NEUTRO GALAO COM 5L	GALÃO	2	R\$ 328,28	R\$ 656,57
27	EXTRATO DE CARNE EM PO P/ MICROBIOLOGIA - 500GR	FR	1	R\$ 447,01	R\$ 447,02
28	EXTRATO DE LEVEDURA - 500GR	FR	9	R\$ 174,03	R\$ 1.566,33
29	EXTRATO GLICOLICO DE PROPOLIS- EXTRATO DE PROPOLIS- CONCENTRAÇÃO 20%- FORMA FARMACEUTICA- SOLUÇÃO ALCOOLICA - 1000 ML	UND	1	R\$ 121,17	R\$ 121,18
30	EXTRATO MEDICINAL- NOME COMUM OLEO DE MACADAMIA- NOME BOTANICO MACADAMIA TERNIFOLIA L- ASPECTO FISICO LIQUIDO LIMPIDO- AMARELO PALIDO - FRASCO 1000ML	FR	1	R\$ 136,23	R\$ 136,23
31	FENOL EM CRISTAIS - P.A. - 1000G	FR	5	R\$ 49,88	R\$ 249,40
32	FENOL LIQUIDO 90% - 1000 ML.	FR	4	R\$ 77,08	R\$ 308,32
33	FENOL PA 500G	FR	2	R\$ 35,00	R\$ 70,00
34	FENOLFTALEINA P.A. - 100G	FR	10	R\$ 49,37	R\$ 493,73
35	FENOLFTALEINA PA 25G	FR	2	R\$ 27,74	R\$ 55,49
36	FERRICIANETO DE	FR	2	R\$ 118,72	R\$ 237,45



	POTASSIO, P.A. ACS, 500 GR, PÓ CRISTALINO VERMELHO BRILHANTE, PUREZA MÍNIMA DE 99%, CAS 13746-66-2				
37	FERRO REDUZIDO A PO - P.A. - 25GR	FR	15	R\$ 17,13	R\$ 257,00
38	FERROINA - SOLUCAO INDICADORA DE FERRO A PARTIR DE FENANTROLINA E FESO4.7H2O - 100 ML	FR	1	R\$ 54,81	R\$ 54,81
39	FOLIN CIOCALTEAU REATIVO (P/FENOL) 500ML	FR	7	R\$ 155,97	R\$ 1.091,81
40	FORMALDEIDO 37% - P.A. - 1000ML	FR	438	R\$ 13,11	R\$ 5.743,64
41	FORMALDEIDO SOLUCAO 40% P.A. - 1000ML	FR	74	R\$ 10,44	R\$ 773,05
42	FOSFATO DE AMONIO MONOBASICO - P.A. - 500GR	FR	2	R\$ 34,88	R\$ 69,76
43	FOSFATO DE POTASSIO BIBASICO P.A. - 500G	FR	7	R\$ 73,24	R\$ 512,73
44	FOSFATO DE POTASSIO DIBASICO - 250GR	FR	4	R\$ 36,07	R\$ 144,29
45	FOSFATO DE POTASSIO MONOBASICO (KH2PO4) - P.A. - 500GR	FR	6	R\$ 42,15	R\$ 252,92
46	FOSFATO DE POTASSIO MONOBASICO ANIDRO - P.A. - 250GR	FR	8	R\$ 28,16	R\$ 225,31
47	FOSFATO DE POTASSIO MONOBASICO P.A. - 1000G	FR	4	R\$ 59,12	R\$ 236,48
48	FOSFATO DE SODIO DIBASICO (12H2O) - P.A. - 500 G	FR	2	R\$ 30,15	R\$ 60,31
49	FOSFATO DE SODIO DIBASICO (7H2O), P. A. - 1000 GR	FR	1	R\$ 41,70	R\$ 41,71
50	FOSFATO DE SODIO DIBASICO ANIDRO P.A. - 500G	FR	7	R\$ 40,49	R\$ 283,43
51	FOSFATO DE SODIO DIBASICO ANIDRO PA 1000G	FR	12	R\$ 57,75	R\$ 693,00
52	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO ANIDRO - P.A. - 500GR	FR	7	R\$ 44,19	R\$ 309,35
53	FOSFORO VERMELHO - 500 GR	FR	1	R\$ 320,24	R\$ 320,24
54	FRUTOSE - P.A. - 100GR	FR	10	R\$ 14,09	R\$ 140,97
55	FRUTOSE-D PURA (LEVULOSE) 100G	FR	1	R\$ 17,07	R\$ 17,07
56	FURFURAL (FURFUROL) PARA SINTESE (1160G) 100ML	FR	1	R\$ 31,38	R\$ 31,39
57	GELATINA EM PO U.S.P -	FR	20	R\$ 76,73	R\$ 1.534,68



	500 GR				
58	GLICERINA - GLICEROL - C3H5(OH)3 - P.A. - 1000ML	FR	189	R\$ 25,83	R\$ 4.881,87
59	GLICINA 99% 100G	FR	1	R\$ 34,39	R\$ 34,39
60	GLICINA P.A - 500G	FR	2	R\$ 50,69	R\$ 101,40
61	GLICINA, GRAU DE PUREZA MINIMA 98,5%, ASPECTO FISICO CRISTAL BRANCO, PESO MOLECULAR 75,07 - 2 KG	FR	2	R\$ 202,79	R\$ 405,58
62	GLICOSE ANIDRA (DEXTROSE - C6H12O6) - P.A. - 1000G	FR	18	R\$ 35,79	R\$ 644,28
63	GLICOSE ANIDRA (DEXTROSE) - P.A. - 500G - 99% CAS 50-99-7	FR	7	R\$ 18,61	R\$ 130,27
64	GLICOSE PA 1000G	FR	12	R\$ 35,79	R\$ 429,52
65	GRAXA DE SILICONE - 100GR	FR	7	R\$ 46,80	R\$ 327,60
66	GRAXA DE SILICONE P/VEDACAO - 500 GR	FR	4	R\$ 179,93	R\$ 719,73
67	GRAXA DE SILICONE PARA VEDACAO - 50G	FR	5	R\$ 22,79	R\$ 113,95
68	GUAIACOL PURO 100ML	FR	1	R\$ 67,92	R\$ 67,93
69	HEMATOXILINA CI75290 CORANTE - FRASCO DE 25 G	FR	10	R\$ 374,01	R\$ 3.740,10
70	HEPARINA SODICA (LIQUEMINE) - CONTENDO 5.000 UI POR ML - CX COM 5 FRASCOS E AMPOLAS DE 5ML	CX	1	R\$ 94,76	R\$ 94,77
71	HEPTANO - P.A. - 1000ML	FR	3	R\$ 177,74	R\$ 533,22
72	HEXAACOROPLATINATO DE POTASSIO - P.A. - 1G	FR	2	R\$ 689,31	R\$ 1.378,63
73	HEXAMETAFOFATO DE SODIO - 500GR	FR	8	R\$ 22,25	R\$ 178,00
74	HEXANO - P.A. - 1000ML 99% - CAS=110-54-3	FR	127	R\$ 168,90	R\$ 21.451,15
75	HIDROGENOFOSFATO DE AMÔNIO PA - 500G	UND	4	R\$ 39,55	R\$ 158,23
76	HIDROXIDO DE AMONIO - 1000ML - P.A. - AMONIACO EM SOLUCAO - TEOR APROX 30% - CAS 1336-21-6	FR	11	R\$ 17,84	R\$ 196,24
77	HIDROXIDO DE POTASSIO (LENTILHAS) - P.A. - 250GR	FR	4	R\$ 21,70	R\$ 86,80
78	HIDROXIDO DE POTASSIO P.A. - POLIETILENO - 1KG	FR	3	R\$ 45,15	R\$ 135,45
79	HIDROXIDO DE POTASSIO PA 500G - CAS=131058-3	FR	6	R\$ 51,73	R\$ 310,42
80	HIDROXIDO DE SODIO (MICROPEROLAS) 99% - P.A. - 1000GR	FR	45	R\$ 49,23	R\$ 2.215,50
81	HIDROXIDO DE SODIO -	FR	65	R\$ 12,76	R\$ 829,83



	P.A. - 500GR				
82	HIDROXIDO DE SODIO LENTILHAS P.A.1000G	FR	62	R\$ 47,79	R\$ 2.963,19
83	HIDROXIDO DE SODIO PA 500G - CAS=131072-2	FR	4	R\$ 11,70	R\$ 46,80
84	HIPOCLORITO DE SODIO (NACLO) - 4-6% - A.C.S - P.A. - 1000ML	FR	5	R\$ 14,31	R\$ 71,58
85	HIPOCLORITO DE SODIO - P.A. - 10% 1000ML	FR	14	R\$ 11,45	R\$ 160,30
86	HIPOCLORITO DE SODIO COMERCIAL 5L	FR	13	R\$ 14,33	R\$ 186,33
87	IODATO DE POTASSIO - P.A. - 500GR	FR	2	R\$ 311,36	R\$ 622,73
88	IODATO DE POTASSIO, P.A. - 250 GR	FR	4	R\$ 133,13	R\$ 532,55
89	IPTG - FRASCO 1G	UN	2	R\$ 1.010,00	R\$ 2.020,00
90	KIT DAB, FRASCO CONTENDO: DAB (3,3'-DIAMINOBENZIDINA, TETRACLORIDRATO; PM = 214,1) 10G	KIT	2	R\$ 1.439,65	R\$ 2.879,31
91	MEMBRANA DE OSMOSE REVERSA - MODELO DE REFERÊNCIA TW30-1812-75 GPD DOW-FILMTEC	UND	1	R\$ 196,24	R\$ 196,24
92	METANOL GRAU HPLC-4000ML	GALÃO	18	R\$ 143,23	R\$ 2.578,20
93	METANOL PA 1L - ALCOOL METILICO LIQUIDO INCOLOR PUREZA MINIMA 99,8	FR	6	R\$ 15,99	R\$ 95,98
94	METIL-1 PIRROLIDONA-2 P.A. - EMBALAGEM 1000ML - P.A (PARA ANÁLISE) - FÓRMULA MOLECULAR: C5H9NO - PESO MOLECULAR: 99,13	FR	2	R\$ 91,70	R\$ 183,41
95	METILETILCETONA - P.A. - 1000ML	FR	5	R\$ 52,49	R\$ 262,47
96	MOLIBDATO DE SODIO 2H2O P.A. - 500G	FR	1	R\$ 145,28	R\$ 145,28
97	NITRATO DE AMONIO - P.A. - 1000GR - TEOR APROX 98%	FR	3	R\$ 213,19	R\$ 639,59
98	NITRATO DE BISMUTO 100G PO DENSO MICROCRISTALINO PUREZA MINIMA 98%	FR	1	R\$ 130,33	R\$ 130,33
99	NITRATO DE CALCIO 4H2O P.A.- 500G	FR	7	R\$ 18,21	R\$ 127,52
100	NITRATO DE CROMO III (ICO - 9H2O) - P.A. - 250GR	FR	2	R\$ 304,25	R\$ 608,51
101	NITRATO DE MAGNESIO (6H2O) - P.A. - 500GR	FR	3	R\$ 88,46	R\$ 265,40
102	NITRATO DE POTASSIO	FR	2	R\$ 11,03	R\$ 22,07



	100G				
103	NITRATO DE POTASSIO P.A. - 500G	FR	11	R\$ 55,18	R\$ 607,02
104	NITRATO DE PRATA (AGNO3) - 169,87G/MOL- TEOR ARGENTOMETRICO- SUBSTANCIA SECA 99,8% MININO- C/ 100GR	FR	12	R\$ 582,00	R\$ 6.984,00
105	NITRATO DE PRATA - P.A. - 25GR	FR	2	R\$ 162,32	R\$ 324,65
106	NITRATO DE SODIO - P.A. 99% GRAU DE PUREZA - 500G	FR	4	R\$ 13,89	R\$ 55,56
107	NITRATO DE ZINCO (6H2O) - P.A. - 500GR	FR	3	R\$ 36,72	R\$ 110,16
108	NITROPRUSSIATO DE SODIO - 100 GR	FR	23	R\$ 125,54	R\$ 2.887,57
109	O-XILENO, P.A. - 1000 ML	FR	1	R\$ 677,40	R\$ 677,40
110	OCTANOL-1 (ALCOOL CAPRILICO) - 1000 ML	FR	2	R\$ 216,66	R\$ 433,33
111	OLEO DE IMERSAO P/ OBJETIVA DE 100X – 100ML	FR	12	R\$ 27,59	R\$ 331,16
112	OLEO DE SILICONE- 1000 ML- ASPECTO FISICO LIQUIDO- APLICACAO LABORATORIAL- CARACTERISTICAS ADICIONAIS INDICE DE REFRACAO DE 1,400 A 1,405	FR	6	R\$ 176,12	R\$ 1.056,74
113	OXALATO DE AMONIO - P.A. - POLIETILENO - 500G	FR	3	R\$ 32,62	R\$ 97,86
114	OXALATO DE POTÁSSIO (1H2O) - P.A./A.C.S - 500GR	FR	1	R\$ 71,34	R\$ 71,35
115	OXALATO DE SODIO PA 500G	FR	3	R\$ 54,67	R\$ 164,02
116	OXALATO DE SODIO, P.A. ACS - 1000 GR	FR	4	R\$ 95,21	R\$ 380,84
117	OXIDO DE ESTANHO - 100GR	FR	10	R\$ 37,46	R\$ 374,67
118	PARAFINA HISTOLOGICA - 56 A 59C. EMBALAGEM POR KG	KG	10	R\$ 56,57	R\$ 565,73
119	PARAFINA HISTOLOGICA 500G SOLIDA PONTO FUSÃO 60 A 62 APRESENTAÇÃO EM BARRA	FR	5	R\$ 23,50	R\$ 117,50
120	PARAFINA HISTOLOGICA EM LENTILHA - BRANCA - BRILHANTE - INODORO - PONTO DE FUSAO 60-62,8 GRAUS CENTIGRADOS - C/ 10KG	CX	1	R\$ 473,83	R\$ 473,83
121	PARAFORMALDEIDO 10% 500G - PO BRANCO ODOR	FR	20	R\$ 41,08	R\$ 821,67



	FORTE PUREZA MININA 95%				
122	PECTINA CITRICA 500G	FR	3	R\$ 202,19	R\$ 606,59
123	PENICILINA - DISCOS ANTIBIOGRAMA - FRASCO COM 50 DISCOS	FR	3	R\$ 15,65	R\$ 46,95
124	PEPTONA DE CARNE BACTERIOLOGICA - 500GR	FR	1	R\$ 424,01	R\$ 424,01
125	PERMANGANATO DE POTASSIO - 500GR - CAS=7722-64-7	FR	9	R\$ 44,41	R\$ 399,72
126	PEROXIDO DE HIDROGENIO 30% H2O2 PA, 1000ML	FR	1	R\$ 73,05	R\$ 73,05
127	PEROXIDO DE HIDROGENIO (H2O2) - P.A. - 35% - 1000ML	FR	60	R\$ 18,28	R\$ 1.097,00
128	PEROXIDO DE HIDROGENIO- 1000 ML - ÁGUA OXIGENADA- CONCENTRACAO 200 VOLUMES	FR	100	R\$ 21,65	R\$ 2.165,00
129	PLACA DE ELISA F. CHATO 96 WELLS	UND	140	R\$ 3,89	R\$ 544,60
130	POLIETILENOGLICOL (MACROGOL) ASPECTO FISICO FLOCOS CEROSOS BRANCOS A QUASE BRANCOS- ODOR FRACO- PESO MOLECULAR EM TORNO DE 4.000 G/MOL (PEG 4.000) FORMULA QUIMICA H(OCH2CH2)NOH- NUMERO DE REFERENCIA QUIMICA CAS 25322-68-3 - FRASCO 1000G	FR	1	R\$ 91,70	R\$ 91,70
131	POLIETILENOGLICOL 400 - FRASCO 1000ML	FR	4	R\$ 45,50	R\$ 194,00
132	POLIETILENOGLICOL 6000, P.A. - 500 GR	FR	6	R\$ 41,14	R\$ 246,84
133	POVIDONA - POLIVINILPIRROLIDONA- PO FINO -CRISTALINO - ESBRANQUIÇADO- INODORO FORMULA QUIMICA PVP RETICULADA -PVPP- TEOR DE PUREZA PUREZA MINIMA DE 94- PESO MOLECULAR ALTO PESO MOLECULAR- N° DE REFERENCIA QUIMICA CAS 25249-54-1 - FRASCO 1000G	FR	3	R\$ 178,23	R\$ 534,70
134	PROPILENOGLICOL - P.A. - 1000ML	FR	4	R\$ 53,71	R\$ 214,84
135	PROTEOSE PEPTONA N3 -	FR	6	R\$ 322,36	R\$ 1.934,18



	100G				
136	REATIVO DE BENEDICT - 500ML	FR	2	R\$ 38,41	R\$ 76,82
137	REATIVO DE FOLIN CIOCALTEAU - 100ML	FR	6	R\$ 93,60	R\$ 561,60
138	RESORCINA (RESORCINOL) PA 500GR	FR	1	R\$ 359,42	R\$ 359,42
139	SACAROSE (SUCROSE) - P.A. - 500GR	FR	64	R\$ 18,29	R\$ 1.170,77
140	SACAROSE - P.A. - 1000GR	FR	3	R\$ 37,66	R\$ 112,99
141	SACO P/ ESTERILIZACAO - PLASTICO - RESISTENTE A AUTOCLAVE - RESISTÊNCIA TÉRMICA ATÉ 121 GRAUS EM VAPOR ÚMIDO - 20L	UN	52	R\$ 0,76	R\$ 39,69
142	SALICILATO DE SODIO - P.A. - 500GR	FR	1	R\$ 69,57	R\$ 69,57
143	SDS - DODECIL SULFATO DE SODIO - 100GR	FR	15	R\$ 21,26	R\$ 318,95
144	SÍLICA GEL AZUL (4-8 MM) - FRASCO COM 1000 GR	FR	6	R\$ 65,70	R\$ 394,22
145	SILICA GEL AZUL (4-8 MM) - 500 G	FR	8	R\$ 40,30	R\$ 322,43
146	SILICA GEL AZUL COM INDICADOR DE UMIDADE 1 - 4 MM - 1000 GR	FR	4	R\$ 77,72	R\$ 310,91
147	SILICA GEL PARA DESSECADOR 500G - SIO2, SUPORTADA ALUMINIO, EM PLACAS, USO CROMATOLOGRAFIA CAMADA FINA	FR	9	R\$ 326,33	R\$ 2.910,03
148	SOLUCAO DE ANFOTERICINA B, PREPARADA EM AGUA DEINIZADA ESTERILIZADA POR FILTRACAO, ADEUADA PARA CULTIVO CELULAR. ACOMPANHA CERTIFICADO DE ANALISE DO LOTE PH 9.0 - 12.0 - 20ML.	FR	2	R\$ 1.577,69	R\$ 3.155,39
149	SOLUÇÃO DE AZUL DE TRIPAN ESTÉRIL POR FILTRAÇÃO, FRASCO DE 100 ML	FR	2	R\$ 84,57	R\$ 169,14
150	SOLUÇÃO IODO BROMO SEGUNDO HANUS (ÍNDICE IODO). FRASCO DE 1000 ML.	FR	4	R\$ 83,62	R\$ 334,51
151	SOLUÇÃO DE IODO CLORO SEGUNDO WIJS - 1000ML	FR	6	R\$ 137,10	R\$ 822,62
152	SOLUÇÃO DE TRIPSINA, 0,25%, E EDTA 0,2 % ESTÉRIL E FILTRADO, 100	FR	5	R\$ 99,19	R\$ 495,95

	ML, CONTENDO 2,5G DE TRIPSINA SUÍNA E 0,2G EDTA. 4NA POR LITRO DE SOLUÇÃO SALINA DE HANK COM FENOL RED				
153	SOLUCAO PADRAO PARA PHMETRO PH 8 - 500 ml	FR	1	R\$ 22,60	R\$ 22,60
154	SOLUCAO TAMPAO - PH 4,0 - 500ML	FR	20	R\$ 59,58	R\$ 1.191,60
155	SOLUCAO TAMPAO - PH 7,0 - 500ML	FR	24	R\$ 20,81	R\$ 499,52
156	SOLUCAO TAMPAO BUFFER - PH 10,0 - 500ML	FR	10	R\$ 20,42	R\$ 204,20
157	SOLVENTE CLORETO DE ALUMINIO HEXAHIDRATADO P.A. 100% - FRASCO DE 250 GRAMAS	FR	1	R\$ 21,52	R\$ 21,53
158	SORO ANTI "A" - 10ML	FR	4	R\$ 18,56	R\$ 74,24
159	SORO ANTI "B" - 10ML	FR	4	R\$ 38,98	R\$ 155,93
160	SORO ANTI "D" - 10ML	FR	4	R\$ 53,61	R\$ 214,47
161	SULFANILAMIDA P.A. 500G	FR	2	R\$ 395,21	R\$ 790,42
162	SULFATO DE ALUMÍNIO E POTÁSSIO (ALÚMEN DE POTÁSSIO) 12H ₂ O, P.A. ACS, CAS 7784-24-9, 1000G	FR	3	R\$ 46,59	R\$ 139,78
163	SULFATO DE AMONIO - 500G	FR	3	R\$ 18,12	R\$ 54,38
164	SULFATO DE AMONIO, P.A. ACS - 1000 GR	FR	4	R\$ 46,82	R\$ 187,31
165	SULFATO DE CALCIO 2H ₂ O PA - 500GR	FR	2	R\$ 36,29	R\$ 72,59
166	SULFATO DE COBRE II (ICO) 5H ₂ O PA 1000G	FR	20	R\$ 44,20	R\$ 884,13
167	SULFATO DE COBRE II (ICO) ANIDRO - P.A. - 500GR	FR	15	R\$ 31,99	R\$ 479,90
168	SULFATO DE FERRO II (OSO) (7H ₂ O) 1000G - CAS=7782-63-0	FR	3	R\$ 46,10	R\$ 138,32
169	SULFATO DE MAGNESIO 7-HIDRATO PA, 1000G	FR	2	R\$ 27,26	R\$ 54,53
170	SULFATO DE MAGNESIO 7H ₂ O PA ACS 500G	FR	2	R\$ 17,40	R\$ 34,81
171	SULFATO DE MANGANES TETRA-HIDRATADO - MNSO ₄ .4H ₂ O - P.A. - 1000GR	FR	4	R\$ 24,15	R\$ 96,63
172	SULFATO DE MERCÚRIO (II) PA - 100GR	UND	10	R\$ 315,76	R\$ 3.157,67
173	SULFATO DE POTASSIO ANIDRO PA 1000G	FR	2	R\$ 47,00	R\$ 94,00
174	SULFATO DE POTASSIO PA/ACS 500G	FR	8	R\$ 40,75	R\$ 326,00
175	SULFATO DE PRATA - PUREZA MINIMA 99% - P.A.	FR	13	R\$ 516,23	R\$ 6.711,08



	- 100GR				
176	SULFATO DE SODIO ANIDRO - P.A. - 500GR	FR	2	R\$ 14,39	R\$ 28,79
177	SULFATO DE SODIO ANIDRO PA 1000G	FR	26	R\$ 38,50	R\$ 1.001,17
178	SULFATO DE ZINCO - 7H2O - P.A. - 1000GR - CAS=7446-20-0	FR	3	R\$ 112,09	R\$ 336,28
179	TARTARATO DE SODIO E POTASIO 4H2O P.A. ACS 500G	FR	9	R\$ 33,38	R\$ 300,45
180	TEMED - 50ML	FR	1	R\$ 258,32	R\$ 258,32
181	TETRABORATO DE SODIO 10H2O P.A.- (BORAX) (NA2B4O7)-500G	FR	30	R\$ 15,05	R\$ 451,70
182	TIMOLFTALEINA (REAGENTE INDICADOR) - 25GR	FR	10	R\$ 56,27	R\$ 562,77
183	TINTURA BENJOIM - 1000 ML	FR	5	R\$ 93,99	R\$ 469,98
184	TIOCIANATO DE AMONIO PA/ACS - 1000G	FR	1	R\$ 64,66	R\$ 64,66
185	TIOSSULFATO DE SODIO CRIST. 5H2O PA 500G	FR	1	R\$ 21,85	R\$ 21,85
186	TOLUENO - P.A. - 1000ML	FR	9	R\$ 26,93	R\$ 242,43
187	TRietanolamina P.A. - 1000ML	FR	1	R\$ 94,39	R\$ 94,39
188	TRietilenoGLICOL PURO 1000ML	FR	20	R\$ 112,21	R\$ 2.244,27
189	TRiptona - 500GR	FR	3	R\$ 323,08	R\$ 969,24
190	TRIS (HIDROXIMETIL) AMINOMETANO (TRIS) - 100GR	FR	2	R\$ 72,06	R\$ 144,13
191	TRIS BASE PARA BIOLOGIA MOLECULAR 500G	FR	7	R\$ 296,05	R\$ 2.072,40
192	TRIS-HCL - 1000G	FR	2	R\$ 720,88	R\$ 1.441,76
193	TRITON X100 - 500ML	FR	1	R\$ 326,55	R\$ 326,55
194	TROLOX 97% - 1G	FR	3	R\$ 394,96	R\$ 1.184,90
195	TWEEN 20 - P.A. - 500ML	FR	2	R\$ 257,83	R\$ 515,67
196	TWEEN 20 PS - 1000ML	FR	1	R\$ 178,45	R\$ 178,46
197	TWEEN 80 (PS) (POLISSORBATO 80) 1000ML	FR	3	R\$ 98,35	R\$ 295,05
198	UREIA - P.A. - 500GR	FR	2	R\$ 19,85	R\$ 39,70
199	VALINA-L, 25 GR	FR	2	R\$ 19,49	R\$ 38,99
200	VANILINA - 25GR	FR	2	R\$ 14,26	R\$ 28,52
201	XILAZINA (ANASEDAN) - 10ML	FR	10	R\$ 15,13	R\$ 151,33
202	XILENO (XILOL) 1000ML	FR	22	R\$ 36,80	R\$ 809,75
203	XILIDINE PONCEAU 25G - CORANTE ASPECTO FISICO PO	FR	1	R\$ 296,60	R\$ 296,60
204	XILOSE-D(+) PURISSIMA 25G	FR	1	R\$ 48,05	R\$ 48,06



Órgão participante: Hospital Universitário Edgard Santos da Universidade Federal a Bahia UASG 155907 Rua Doutor Augusto Viana Filho, s/n - bairro Canela - Cidade: Salvador/BA - CEP: 40.110-060 Tel: (71) 3283-8087 / (71) 3283-8085 - email: danielribeiro.hupes.ufba@gmail.com					
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ACEITÁVEL
205	FORMALDEIDO 37% - P.A. - 1000ML	FR	600	R\$ 13,11	R\$ 7.866,00
206	FOSFATO DE POTASSIO MONOBASICO (KH ₂ PO ₄) - P.A. - 500GR	FR	20	R\$ 42,15	R\$ 843,00
207	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO ANIDRO - P.A. - 500GR	FR	20	R\$ 44,19	R\$ 883,80
208	GLICERINA - GLICEROL - C ₃ H ₅ (OH) ₃ - P.A. - 1000ML	FR	20	R\$ 25,83	R\$ 516,60
209	METANOL PA 1L - ALCOOL METILICO LIQUIDO INCOLOR PUREZA MINIMA 99,8	FR	12	R\$ 15,99	R\$ 191,88
210	NITRATO DE PRATA - P.A. - 25GR	FR	2	R\$ 162,32	R\$ 324,64
211	PERMANGANATO DE POTASSIO - 500GR - CAS=7722-64-7	FR	12	R\$ 44,41	R\$ 532,92
212	SULFATO DE COBRE II (ICO) ANIDRO - P.A. - 500GR	FR	1	R\$ 31,99	R\$ 31,99
213	SULFATO DE MAGNESIO 7-HIDRATO PA, 1000G	FR	2	R\$ 27,26	R\$ 54,52
214	SULFATO DE ZINCO - 7H ₂ O - P.A. - 1000GR - CAS=7446-20-0	FR	1	R\$ 112,09	R\$ 112,09
215	UREIA - P.A. - 500GR	FR	5	R\$ 19,85	R\$ 99,25

1.2 - Os bens deverão ter prazo de garantia mínima de 12 (doze) meses a contar do recebimento provisório, se a garantia for do fabricante, ou do recebimento definitivo, se a garantia for do fornecedor.

1.3 – Para os produtos controlados pelo exército, deverão ser encaminhadas as guias de tráfego juntamente com a mercadoria.

1.4 - A escolha pelo Sistema de Registro de Preços se deu com base nas hipóteses previstas no artigo 3º, inciso I e IV, do Decreto nº 7.892/2013.

2 - JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1 - A aquisição dos bens acima especificados atenderá às demandas da Universidade Federal de São João del-Rei. A presente aquisição atende ao disposto na Portaria nº 438, de 26 de agosto de 2019, da Reitoria da UFSJ, que regulamenta as solicitações de materiais de consumo necessárias



para o funcionamento normal das unidades administrativas, unidades acadêmicas, dos cursos de graduação e pós-graduação e dos projetos de ensino, pesquisa e extensão financiados por recursos geridos pela Universidade.

3 - CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1 - Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002. , c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019.

4 - ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 - Os critérios para entrega e aceitação do objeto são os seguintes:

4.1.1 - O prazo de entrega dos bens é de 15 (quinze) dias, contados do recebimento da nota de empenho, em remessa única, nos seguintes endereços:

4.1.1.1 – Campus Santo Antônio – CSA, à Praça Frei Orlando, 170, Centro, em São João del-Rei/MG, Cep 36.307-352, no horário das 08h30min às 11h30min e de 14h às 17h, sendo o frete, carga e descarga por conta do fornecedor até o local indicado pelo Setor de Almoxarifado.

4.1.1.2 – Campus Alto Paraopeba – CAP, à Rodovia MG 443, Km 7, em Ouro Branco/MG, Cep 36.402-000, no horário das 08h30min às 11h30min e de 14h às 17h, sendo o frete, carga e descarga por conta do fornecedor até o local indicado pelo Setor de Almoxarifado.

4.1.1.3 – Campus Centro Oeste Dona Lindu – CCO, à Rua Sebastião Gonçalves Coelho, 400, Chanadour, em Divinópolis/MG, Cep 35.501-296, no horário das 08h30min às 11h30min e de 14h às 17h, sendo o frete, carga e descarga por conta do fornecedor até o local indicado pelo Setor de Almoxarifado.

4.1.1.4 – Campus Sete Lagoas – CSL, à Rodovia MG 424, Km 47, em Sete Lagoas/MG, Cep 35.701-970, no horário das 08h30min às 11h30min e de 14h às 17h, sendo o frete, carga e descarga por conta do fornecedor até o local indicado pelo Setor de Almoxarifado.

4.1.1.5 - Para o órgão participante, a entrega será realizada no seguinte endereço: Rua Doutor Augusto Viana Filho, s/n - bairro Canela - Cidade: Salvador/BA - CEP: 40.110-060, Setor de Farmácia, de 8h às 14h e de 14h às 17h. Telefones: (71) 3283-8087 / (71) 3283-8085.

4.2 - O local de entrega será indicado no envio da nota de empenho.

4.3 - Os bens serão recebidos provisoriamente a partir da entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4 - Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5 - Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



4.6 - Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.7 - O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 - São obrigações da Contratante:

5.1.1 - receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2 - verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.13- comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.14- acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.15- efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1 - efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.1.1 - O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

6.1.2 - responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3 - substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;



6.1.4 - comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5 - manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6 - indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7 - DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 - Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8 - ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9 - DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1 - O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3 - O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10 - DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1 - Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.



10.2 - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3 - A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5 - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6 - Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7 - Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8 - Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9 - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10 - Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11 - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1 - Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



10.12.1 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	$I = \frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%.
----------	---------------------------	---

11 - DO REAJUSTE

11.1 - Os preços são fixos e irrevoluíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1 - Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2 - Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3 - No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4 - Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5 - Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6 - Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7 - O reajuste será realizado por apostilamento.

12 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.



13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1 - inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2 - ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3 - falhar ou fraudar na execução do contrato;

13.1.4 - comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5 - cometer fraude fiscal;

13.2 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

13.2.1 - Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.2.2 - multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 2% (dois por centos);

13.2.3 - multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.2.4 - em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.2.5 - suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.2.6 - impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o conseqüente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.2.6.1 - A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

13.2.7 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3 - As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1 - tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



13.4.2 - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3 - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6 - As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1 - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12- As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14 - ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1 - O custo estimado total da presente contratação é de R\$ R\$ 162.754,57 (cento e sessenta e dois mil setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos).

14.2 - Tal valor foi obtido utilizando-se os parâmetros I e III do Art. 2º da Instrução Normativa nº 05, de 27 de junho de 2014, conforme se mostra a seguir:

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros: (Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)
I - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprescos.planejamento.gov.br>; (Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)



[...]

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; (Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)

[...]

A metodologia utilizada para obtenção do preço de referência da presente contratação foi a média dos valores obtidos na pesquisa de preços, conforme demonstrado nos autos e seguindo a orientação dada pelo §2º do Art. 2º da referida norma:

§2º Serão utilizados, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados. (Alterado pela Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2017)

São João del-Rei, 02 de janeiro de 2020

Fernanda Márcia de Lucas Resende
Diretora da Divisão de Materiais e Patrimônio
UFSJ

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº **XXX.01/2020**

PREGÃO Nº 005/2020

PROCESSO Nº. 23122.027670/2019-19

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI, com sede à Praça Frei Orlando, 170, Centro, CEP: 36.307-352, São João del-Rei, MG, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 21.186.804/0001-05, neste ato representada pela Pró-Reitora de Administração, Vera Lúcia Meneghini Vale considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 005/2020, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material químico, especificado nos itens do Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão nº 005/2020, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 - O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Empresa _____, CNPJ nº _____, com sede no _____, telefone nº _____, e-mail _____
representada por seu _____, Sr. _____, RG nº _____, CPF nº _____,

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Marca	Preço Unitário R\$

CLÁUSULA TERCEIRA – ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1 - O órgão gerenciador será a Fundação Universidade Federal de São João del-Rei.

3.2 - São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:



Item	Órgãos Participantes	Unidade	Quantidade

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DA ATA

4.1 - A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada, durante o qual a UFSJ não será obrigada a adquirir o material referido, exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo mediante outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recursos ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA QUINTA – REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1 - A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4 - O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1 - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2 - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1 - descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2 - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



5.7.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4 - sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1 - por razão de interesse público; ou

5.9.2 - a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

6.1 - Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 - O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.2 - É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

7.3 - O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA – CONDIÇÕES GERAIS

8.1 - As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

8.3 - No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

8.3.1 - contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou



8.3.2 - contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

8.4 - A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, será anexada a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em via única, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e disponibilizada em https://ufsj.edu.br/dimap/atas_de_registro_de_preco.php.

São João del-Rei, XX de XXXXXXXXXX de 2020

Vera Lúcia Meneghini Vale
Pró-Reitora de Administração

Responsável pela Empresa
Carimbo CNPJ